



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A.

CNPJ: 02.879.926/0001-24

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas,
A diretoria da concessionária Rodovia do Sol S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da empresa, com o respectivo parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Considerações gerais

O ano de 2010 na Rodosol foi marcado pela consolidação do conceito de qualidade de atendimento, garantindo também o cumprimento orçamentário.

O objetivo perseguido diariamente pela empresa de cumprir suas obrigações legais, oferecendo o melhor serviço ao usuário, se traduziu em ações concretas como qualificação da equipe; treinamentos voltados para a segurança no trecho concessionado; ações de educação para o trânsito; investimentos em manutenção, sinalização e ensaios nas estruturas da Terceira Ponte entre outras iniciativas.

Projetos Sociais

Isso sem contar os projetos de cunho social, educacional e ambiental desenvolvidos e apoiados pela Rodosol, com reconhecimento das comunidades litorâneas à rodovia o "Abra um Sorriso", o "Rodoverde", o "Programa de Educação Voluntária" e o "Programa de Monitoramento de Fauna". Tratando de temas como saúde bucal, educação ambiental, qualidade do ensino e preservação do fauna, os projetos são uma demonstração do nosso compromisso com a sociedade capixaba e da nossa visão de que desenvolvimento e responsabilidade social têm que andar juntos.

Atendimentos

Nosso comprometimento também pode ser demonstrado a partir dos números referentes aos atendimentos em 2010. O Centro de Controle de Operações (CCO), de onde acompanhamos, por meio de câmeras, todo o movimento no trecho concessionado, recebeu 21.674 ligações de usuários. Além disso, foram feitos 14.112 atendimentos na ponte e na rodovia, incluindo o socorro em ambulâncias do Serviço de Auxílio ao Usuário (SAU) da Rodosol de 1.016 pessoas.

O serviço de Via Expressa continuou como destaque em 2010, ganhando a adesão de 5.231 novos usuários e contribuindo para dar maior fluidez ao trânsito nos acessos à ponte. Hoje, o serviço já é opção de 60% dos que trafegam na Terceira Ponte nos horários de pico.

Frota
Em 2010 renovamos parte da frota de veículos de apoio e com a entrada em operação de três novas ambulâncias, 1 guincho leve e uma pick-up de inspeção. Para dar maior visibilidade e uma atuação eficaz foi implementada uma nova programação visual da frota.

Qualificação
Para garantir o bom atendimento ao usuário, a Rodosol também investiu em qualificação, oferecendo a seus funcionários 80 treinamentos nas mais diversas áreas durante o ano.

Serviços

O ano de 2010 também foi marcado pelos investimentos em manutenção que garantem o aumento da vida útil da ponte e da rodovia e a conservação do patrimônio público.

A Terceira Ponte, por exemplo, foi alvo de manutenções especializadas englobando a estrutura metálica, a estrutura de concreto, com ensaios dos cabos de protensão. A empresa realizou ainda obras de pavimentação e investiu em melhorias na sinalização.

Comunicação

A Rodosol continuou investindo na aproximação com o usuário, consolidando a publicação do informativo Via Expressa, que se tornou um importante canal de comunicação entre a concessionária e seu público, além de ser um espaço de conscientização com foco na educação para o trânsito e de divulgação das potencialidades do trecho concessionado.

Agradecimentos

Com a apresentação deste Relatório da Diretoria e Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício de 2010, a diretoria da Concessionária Rodovia do Sol S.A. agradece aos acionistas o apoio e a confiança, e aos trabalhadores da Companhia pelo compromisso determinação, seriedade e empenho em alcançar os resultados e no atendimento aos usuários.

Vitória-ES, 29 de abril de 2011.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS - (Em R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
CIRCULANTE			
Caixa e bancos		676	812
Contas a receber	Nota 4	1.129	1.129
Impostos a recuperar		26	68
Despesas do exercício seguinte		353	245
Adiantamento a fornecedores		71	103
Outros		66	122
Total do ativo circulante		2.321	2.479
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Aplicações Financeiras	Nota 5	16	2.532
Depósitos Judiciais	Nota 13a	6.001	2.928
Impostos Diferidos	Nota 6	744	668
Outros		2	2
Total do realizável a longo prazo		6.763	6.130
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Provisão para contingências	Nota 13a	1.965	1.965
Juros sobre Capital Próprios		92	325
Total do exigível a longo prazo		2.280	2.289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		48.100	48.100
Reserva de Lucros - Reserva legal		3.277	2.449
Reserva de Lucros - Retenções		2.265	1.861
Total do patrimônio líquido		53.642	52.410
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.105	862
Empréstimos e financiamentos	Nota 8	2.993	8.345
Impostos a recolher		1.003	3.217
Obrigações sociais e trabalhistas		2.807	696
Dividendos a Pagar		649	1.003
Adiantamento de clientes		9.321	2.739
Compromissos do contrato de concessão		234	234
Total do passivo circulante		17.096	17.096
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Provisão para contingências	Nota 13a	2.188	1.965
Juros sobre Capital Próprios		92	325
Total do exigível a longo prazo		2.280	2.289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		48.100	48.100
Reserva de Lucros - Reserva legal		3.277	2.449
Reserva de Lucros - Retenções		2.265	1.861
Total do patrimônio líquido		53.642	52.410

ATIVO	em 31 de dezembro de 2010	Nota Explicativa	em 31 de dezembro de 2009	PASSIVO	Nota Explicativa	em 31 de dezembro de 2010	em 31 de dezembro de 2009
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos	676		812	Fornecedores		1.105	862
Contas a receber	1.129	Nota 4	1.129	Empréstimos e financiamentos	Nota 8	2.963	8.345
Impostos a recuperar	26		68	Impostos a recolher		784	696
Despesas do exercício seguinte	353		245	Obrigações sociais e trabalhistas		1.003	1.003
Adiantamento a fornecedores	71		103	Adiantamento de clientes		2.807	2.739
Outros	66		122	Compromissos do contrato de concessão		649	234
Total do ativo circulante	2.321		2.479	Total do passivo circulante		9.321	17.096
NÃO CIRCULANTE				EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Aplicações Financeiras	16	Nota 5	2.532	Provisão para contingências	Nota 13a	2.188	1.965
Depósitos Judiciais	6.001	Nota 13a	2.928	Juros sobre Capital Próprios		92	325
Impostos Diferidos	744	Nota 6	668	Total do exigível a longo prazo		2.280	2.289
Outros	2		2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do realizável a longo prazo	6.763		6.130	Capital social	Nota 9	48.100	48.100
Imobilizado				Reserva de Lucros - Reserva legal		3.277	2.449
Total do permanente	56.159	Nota 7	63.186	Reserva de Lucros - Retenções		3.265	1.861
TOTAL DO ATIVO	65.243		71.795	Total do patrimônio líquido		53.642	52.410
				TOTAL DO PASSIVO		65.243	71.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS - (Em R\$ mil)

	Capital social	Reserva legal	Retenção	Reserva de Lucros	Total patrimônio líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	48.100	1.656	1.709	16.255	51.445
Lucro do exercício				(10.220)	(10.220)
Dividendos Complementares:				(1.003)	(1.003)
.. Exercício 2009 (R\$ 2,00 por ação)				(813)	(813)
.. Excedentes 2009 (R\$ 0,20 por ação)				(152)	(152)
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO:				(4.064)	(4.064)
Transferência para reservas:				(3)	(3)
.. Reserva legal		813			
.. Reserva de lucros			152		
Dividendos obrigatórios (R\$ 0,80 por ação)					
Dividendos mínimos					
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	48.100	2.449	1.861	16.545	52.410
Lucro do exercício				16.545	16.545
Dividendos Complementares:				(10.380)	(10.380)
.. Exercício 2010 (R\$ 2,00 por ação)				(1.000)	(1.000)
.. Excedentes 2010 (R\$ 0,20 por ação)					
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO:					
Transferência para reservas:					
.. Reserva legal		828			
.. Reserva de lucros			404		
Dividendos obrigatórios (R\$ 0,80 por ação)					
Dividendos mínimos					
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	48.100	3.277	2.265	(3.930)	53.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSÃO RODOVIA DO SOL S.A. - 2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS (Em R\$ mil) *

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	61.375	57.941
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(5.319)	(5.021)
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS	56.056	52.920
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(11.521)	(10.058)
Custos operacionais	(8.710)	(9.162)
Depreciação e amortização	(20.231)	(19.220)
Total		
LUCRO BRUTO	35.825	33.700
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(6.196)	(5.766)
Despesas administrativas	151	327
Receita Financeira	(4.134)	(5.049)
Despesas financeiras	0	0
Provisão para Contingências	(774)	1.354
Outras Receitas e Despesas operacionais	(10.953)	(9.134)
Total		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.872	24.566
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	13	20
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO	(8.340)	(8.331)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.545	16.255
LUCRO POR AÇÃO - R\$	3,24	3,19

* Exceto Lucro por ação, expresso em reais

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A RODOSOL é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 30 de novembro de 1998, com o objetivo exclusivo de explorar, pelo prazo de 25 anos, a partir de 22 de dezembro de 1998, através da cobrança de pedágio pelo regime de concessão pública, o sistema rodoviário da Rodovia do Sol situada no Estado do Espírito Santo, nos termos e condições do contrato de concessão nº 01/98 firmado junto ao DER-ES - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo, em 21 de dezembro de 1998.
Em 16 de novembro de 2009 foi assinado o terceiro termo aditivo ao contrato de concessão pública, através do qual formalizou-se a sub-rogação das obrigações contratuais firmadas entre o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES e a Concessionária Rodovia do Sol S.A. - RODOSOL, para a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Vitória do Espírito Santo - ARSI.
A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado, com a conservação adequada à época da devolução. Ao término do prazo de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, diretos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.
Até 31 de dezembro de 2010, a geração de caixa da Sociedade, basicamente proveniente das receitas dos exercícios excluídas as depreciações e amortizações, tem sido suficiente para honrar suas dívidas e outros compromissos financeiros. As projeções preparadas pela Sociedade prevêm geração de caixa em montante suficiente para a manutenção do curso normal dos seus negócios durante o período de concessão.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS - (Em R\$ mil)

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.545	16.255
Lucro líquido do exercício	16.545	16.255
Aumento (diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:		
Depreciação e amortização	8.540	9.162
Provisão para Contingências	223	
Impostos Diferidos	(76)	577
Valor residual do Ativo Imobilizado baixado	95	23
Variáveis nos ativos e passivos		(228)
Contas a Receber	42	4
Impostos a Recuperar	(108)	62
Despesas Antecipadas	32	(79)
Adiantamentos a Fornecedores	2.516	337
Aplicações Financeiras	(3.073)	(652)
Depósitos Judiciais	56	(75)
Outros Ativos	243	(1.546)
Fornecedores	(224)	1.915
Impostos a recolher	68	42
Obrigações sociais e trabalhistas		786
Dividendos a Pagar	68	177
Adiantamento de clientes	415	(86)
Outros passivos	25.362	
Recursos gerados nas atividades operacionais		26.674
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.608)	(1.048)
Aquisições de ativo Imobilizado	(1.608)	
Recursos consumidos nas atividades de investimento		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(8.208)	(9.844)
Pagamento do principal	(369)	(1.459)
Pagamento de juros		1.240
Correção Monetária sobre financiamentos		107
Aquisição de Financiamento	(15.313)	(15.290)
Dividendos pagos	(23.890)	(25.246)
Recursos consumidos nas atividades de financiamento		
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(136)	380
Caixa no início do período	812	432
Caixa no final do período	676	812
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(136)	380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

dos pelo CPC, aprovados por Deliberações da CVM, tendo em vista tais dispositivos a Sociedade promoveu as seguintes alterações nas práticas contábeis e na divulgação das demonstrações contábeis:

a) Foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007. Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

b) A Sociedade substituiu a apresentação da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) pela DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa), conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008.

c) Com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008, a Sociedade procedeu o seguinte:

1) Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Sociedade de acordo com a natureza de cada bem. Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro têm o seu valor residual reconhecido como passivo, sendo reconhecido na demonstração financeira do resultado;

des pelo CPC, aprovados por alterações nas práticas contábeis e na divulgação das demonstrações contábeis;

b) A sociedade substituiu a apresentação da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) pela DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa), conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008.

c) Com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008, a Sociedade procedeu o seguinte:

1) Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Sociedade de acordo com a natureza de cada bem. Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro têm o seu valor residual reconhecido como custo ou perda, respectivamente, na demonstração do resultado;

2) Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das prestações remanescentes a pagar na data da transição. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações vincendas fora apropriada na demonstração do resultado como despesas financeiras pelos prazos remanescentes dos contratos por meio do método do custo amortizado e com base nas taxas de juros efetivas.

d) Os Instrumentos financeiros foram classificados em: "destinados a negociação", "mantidos até o vencimento" e "disponíveis para venda", sendo avaliados a custo acrescido de rendimentos ou a valor de mercado, em função da classificação, com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

(a) Disponibilidades

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e limites de conta garantida. O limite de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente, substancialmente líquido de crédito.

(c) Aplicação financeira

A Sociedade possui investimentos em aplicações que não se enquadram na definição de equivalentes de caixa (alta liquidez, com vencimentos originais para menos de 90 dias). Tratam-se de títulos mantidos em carteira até o vencimento, adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção e auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A RODOSOL é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 30 de novembro de 1998, pelo prazo de 25 anos, a partir de 22 de dezembro de 1998, através da cobrança de pedágio pelo regime de concessão pública, o sistema rodoviário da Rodovia do Sol situado no Estado do Espírito Santo, nos termos e condições do contrato de concessão nº 01/98 firmado junto ao DER-ES - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo, em 21 de dezembro de 1998.

Em 16 de novembro de 2008 foi assinado o terceiro termo aditivo ao contrato de concessão pública, através do qual formalizou-se a sub-rogação das obrigações contratuais firmadas entre o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES e a Concessionária Rodovia do Sol S.A. - RODOSOL, para a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado, com a conservação adequada à época da devolução. Ao término do prazo de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Até 31 de dezembro de 2010, a geração de caixa da Sociedade, basicamente proveniente dos resultados dos exercícios excluídas as depreciações e amortizações, tem sido suficiente para honrar suas dívidas e outros compromissos financeiros. As projeções preparadas pela Sociedade preveem geração de caixa em montante suficiente para a manutenção do curso normal dos seus negócios e sua continuidade operacional, a curto e a longo prazo.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrange a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), as Pronunciamentos, Orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados e homologados pelas Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; excetuando-se a interpretação técnica ICPC 01, relativa a Contratos de Concessão.

A deliberação CVM nº 611 de 22 de Novembro de 2011 tornou público que aprovava e tornava obrigatório para as companhias abertas a interpretação técnica ICPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC; e atribuiu como em vigor para os exercícios findos em Dezembro de 2010 devidamente apresentados com o exercício ano civil 2009 ajustado. A Companhia decidiu adequar-se a norma supra citada a partir do exercício a partir de 31 de dezembro de 2011; para tal intento a empresa está adequando um plano de trabalho para que todas as mudanças sejam devidamente evidenciadas e a evolução patrimonial acompanhe as harmonizações para a Contabilidade Brasileira. Serão revisitos questões como reconhecimento de Ativo Intangível, Amortização de Bens provenientes do Contrato de Concessão e apropriação de despesas de Juros no decorrer do prazo de concessão.

Previamente, a administração realizará levantamento dos efeitos das adequações nos seus demonstrativos contábeis desde o início de suas operações; levantamento este direcionado à reavaliação das despesas de depreciação. Inicialmente, considera-se que a Companhia obterá resultado positivo no Patrimônio Líquido em Conta de Reserva de Lucros e consequente acréscimo na conta de Ativo Intangível no montante de R\$ 31 milhões.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1 Nova Legislação e alterações nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. Referida Lei sofreu modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008; convertida à Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais diplomas legais modificaram certos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

Com base nas normas legais supracitadas, foram publicados Pronunciamentos Contábeis emitidos

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A. - 3

(e) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um instrumento passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(f) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou de construção e, no caso das obras da rodovia, acrescido de juros relativos aos financiamentos aplicados na obra até o início da cobrança do pedágio na praça de arrecadação da Praia do Sol. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas consideradas compatíveis com a vida útil dos bens e/ou prazo da concessão. As principais taxas utilizadas estão descritas na Nota Explicativa nº 7.

(g) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo é revisado para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(h) Arrendamento

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Sociedade os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme Nota Explicativa nº 7. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(i) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado do, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(j) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletirem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

(k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Sociedade espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, por um contrato de seguros, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas somente quando esse reembolso é virtualmente certo, ou seja, é mais que provável que ocorra.

(l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real e o imposto de renda e a contribuição social são recolhidos trimestralmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. Os ativos diretos decorrentes de diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

(m) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, custos de transação diretamente atribuíveis.

(n) Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

(o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial. É reconhecida pelo regime de competência, ou seja, quando da utilização da rodovia pelos usuários e pelo uso da faixa de domínio.

4. CONTAS A RECEBER

Estão representadas principalmente por valores a receber de pedágio automático – Via Expressa, pagos por usuários através de cartão de crédito e saldo relativo locação de espaço publicitário, decorrentes de utilização e exploração da faixa de domínio.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO

Fundo de renda fixa – Bradesco
 FIC de FI Referenciado DI
 Fundo de renda fixa – Bradesco
 Empresas FIC de FI Referenciado DI

Imobilizado, com suas respectivas depreciações, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar.

De acordo com a Deliberação CVM nº 527/2007 foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de "impairment"). Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior a aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

As taxas de depreciação da duplicação da Rodovia do Sol e da construção da 1ª e 2ª etapas do Contorno de Guarapari foram estabelecidas com base em estudos de engenheiros da Sociedade e refletem, em média, a vida útil dos diversos projetos realizados nestas obras.

B. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Destinação do financiamento	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
BANDES (a)	Financiamento de obras		7.343
BANDES (b)	Financiamento de obras		901
ABN Amro Bank (c)	Imobilizado		101
Total			8.345
Circulante			8.345
Exigível a longo prazo			

(a) Encargos de 5% ao ano + TJLP. Os juros são devidos trimestralmente, durante o período de carência e, a partir de 15 de novembro de 2003, mensalmente, em conjunto com as 84 parcelas do principal.

(b) Encargos de 6,5% ao ano + TJLP. Os juros são devidos trimestralmente, durante o período de carência e, a partir de 15 de novembro de 2003, mensalmente, em conjunto com as 84 parcelas do principal.

(c) Operações pré-fixadas com prestações fixas. Juros oscilando entre 1% e 1,5% ao mês, com prazos de amortização entre 24 e 36 meses.

A Sociedade, para cumprir as obrigações assumidas no Contrato de Concessão, é a única e exclusiva responsável pela obtenção de financiamentos. Dessa forma, devido ao grande volume de investimentos necessários para o cumprimento dessas obrigações, seus financiamentos foram estruturados no modelo "project finance". Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas da Sociedade e pela aplicação financeira explícita contratualmente, conforme descrito à nota 5. Vinculados à obtenção dos empréstimos e financiamentos junto ao BANDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, a Sociedade também assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro e econômico constantes nos contratos: manter seguro sobre seus ativos, não obter novos empréstimos com parcelas acima do limite de R\$6.000 mil, sem que haja prévia autorização dos financiadores e não efetuar qualquer distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital até a completa realização do projeto objeto do financiamento, exceto aqueles exigidos por lei ou acordo de acionistas. Citada vedação de distribuição de lucros encerrou-se em 14 de dezembro de 2005 com a assinatura do segundo termo de aditamento ao contrato de concessão de serviços públicos, pela desoneração do restante dos investimentos previstos no contrato de financiamento com o BANDES e BANDES.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é composto de 5.100.000 ações sem valor nominal, divididas em 1.700.000 ordinárias e 3.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurada a prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade e direito a dividendos anuais mínimos de R\$ 1,00 (um real) por lote de 1.000 (um mil) ações.

(b) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Sociedade, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

Reserva de lucros

Na Assembleia Geral de Acionistas, será proposta uma retenção de lucros no montante de R\$ 404, proveniente de saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010.

(c) Dividendos

O dividendo obrigatório da Sociedade é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Com base no lucro líquido apurado e nas demonstrações financeiras do exercício social, o balanço intermediário previsto no § 1º do Art. 204 da Lei nº 6.404/76, especialmente levantado por proposta do Conselho de Administração, e após consultado o Conselho Fiscal, se operante, a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários.

com o BNPDES e BANDDES.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social
O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é composto de 5.100.000 ações sem valor nominal, divididas em 1.700.000 ordinárias e 3.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurada a prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade e direito a dividendos anuais mínimos de R\$ 1,00 (um real) por lote de 1.000 (um mil) ações.

(b) Reservas de lucros

Reserva legal
Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Sociedade, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

Reserva de lucros

Na Assembleia Geral de Ações, será proposta uma retenção de lucros no montante de R\$ 404, proveniente de saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010.

(c) Dividendos

O dividendo obrigatório da Sociedade é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Com base no lucro líquido apurado e nas demonstrações financeiras do exercício social ou em balanço intermediário previstos no § 1º do Art. 204 da Lei nº 6.404/76, especialmente levantado por proposta do Conselho de Administração, e após consultado o Conselho Fiscal, se operante, a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários.

10. COMPROMISSOS VINCULADOS À CONCESSÃO

No exercício de 2010, como compromisso contratual vinculado à concessão, a Sociedade registrou na demonstração do resultado, R\$ 503 relativos ao apoio financeiro à ANSI e ao aparelhamento do Batalhão da Polícia de Trânsito Rodoviário e Urbano do Estado do Espírito Santo (R\$ 215 em 2009).

11. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2010, atendendo às disposições contratuais, a Sociedade mantém cobertura de seguros de (i) R\$ 25.507, denominado seguro garantia, dado em caução ao DER, destinado a cobrir eventuais não pagamentos de multas que forem aplicadas à Sociedade pela inexecução total ou parcial das obras vinculadas à concessão nos prazos previstos; (ii) de R\$ 554.338, denominada riscos patrimoniais e de engenharia, destinado à cobertura de danos materiais e responsabilidade civil. O prêmio total anual dessas apólices é de R\$ 480 (R\$ 598 em 2009). As despesas com o prêmio total são apropriadas linearmente ao resultado em 12 meses. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a Concessão.

12. GASTOS COM DESAPROPRIAÇÕES

Como consequência da realização das obras de duplicação da Rodovia do Sol e da construção do Contorno de Guarapari, a Sociedade vem sendo questionada judicialmente pelos proprietários dos imóveis desapropriados. A Administração da Sociedade, com base em informações de seus advogados, acredita que os valores pagos relativos a desapropriações não serão aumentados em decorrência do desfecho dos processos judiciais em curso. Os montantes pagos de desapropriações foram considerados como custos das obras, tendo sido registrados no ativo imobilizado. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade possui como verba a ser destinada para gastos com desapropriações o montante estimado de R\$ 754 (R\$ 883 em 2009) que, conforme disposto no contrato de concessão, devem ser assumidos pela Sociedade, se devidos. Eventuais gastos com desapropriações que ultrapassem esse montante deverão ser reembolsados à Sociedade pelo Poder Concedente, via ajuste às tarifas de pedágio.

13. CONTINGÊNCIAS

A Sociedade é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações mantendo, inclusive, seguro de responsabilidade civil para os casos de danos materiais e morais envolvendo seus usuários. A Administração acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam como provável o desfecho desfavorável.

(a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depositos judiciais:

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

(n) Capital social
As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

(o) Reservas de capital e de lucros
A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(p) Lucro por ação
O lucro por ação é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

(q) Receita de pedágio e acessórios
É reconhecida pelo regime de competência, ou seja, quando da utilização da rodovia pelos usuários e pelo uso da faixa de domínio.

4. CONTAS A RECEBER
Estão representadas principalmente por valores a receber de pedágio automático - Via Expressa, pagos por usuários através de cartão de crédito e saldo relativo locação de espaço publicitário, decorrentes de utilização e exploração da faixa de domínio.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Fundo de renda fixa - Bradesco	14	2.314
FIC de FI Referenciado DI		218
Fundo de renda fixa - Bradesco		2.532
Empresas FIC de FI Referenciado DI	2	
Fundo de renda fixa - Real Ref DI Priority Van Gogh	16	
Total		

O saldo de aplicações financeiras de longo prazo até julho de 2010 referiam-se à garantia exigida pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - quando da contratação de financiamento. A Sociedade, por determinação das condições contratuais, cautionou mensalmente, entre janeiro de 2001 e dezembro de 2003, valores equivalentes a 5% de sua receita bruta até atingir o limite de três parcelas do principal do empréstimo ora contratado. Os limites estabelecidos contratualmente variam conforme o cronograma de pagamento do financiamento. O saldo de aplicações financeiras somente poderia ser totalmente resgatado quando da quitação integral do financiamento.

As aplicações financeiras foram feitas em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI.

6. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Diferenças temporárias	2.185	1.965
IRPJ - 25%	547	491
CSLL - 9%	197	177
Total	744	668

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Custo Depreciação	Valor residual
		Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Máquinas, equipamentos e móveis e utensílios	10%	2.811	885
Equipamentos de informática	20%	5.493	324
Veículos	20%	5.222	271
Duplicação Rodovia do Sol	5% a 33%	824	226
Contorno Guarapari 1ª etapa	5% a 33%	44.730	18.268
Contorno Guarapari 2ª etapa	5% a 33%	20.609	13.978
Outros gastos Contorno Guarapari	5% a 33%	19.906	16.090
Ativo Imobilizado 3ª Ponte	10%	973	1.815
Imobilização em Andamento / Outros	10%	2.113	2.419
		4.398	2.207
		153.860	56.159
			63.186

Com o advento da Deliberação CVM nº 554/2008, os bens adquiridos pela Sociedade, através de Arrendamento Mercantil Financeiro (Leasing Financeiro) passam a ser registrados no Ativo

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A. - 4

	Depósitos Judiciais		Provisões para contingências	
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Contingências tributárias e previdenciárias	2.992	83	673	660
Contingências trabalhistas e previdenciárias	346	346	184	49
Reclamações Cíveis	439	275	1.318	1.256
Execução Judicial	2.216	2.216	0	0
Outras	8	8	13	0
	6.001	2.928	2.188	1.965

(b) A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

- Tributárias - refere-se à discussão quanto à adequada interpretação do Decreto Lei 406/98, acrescido pela Lei Complementar nº 100/99, relativa à tributação do ISS de janeiro a dezembro de 2001, provenientes da atividade de exploração de rodovias;
- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Ações cíveis as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados por danos morais e materiais relativos a acidentes ocorridos na Rodovia do Sol.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Tributárias	5.365	2.250
Trabalhistas	964	973
Cíveis	4.056	3.400
	10.385	6.623

14. RELAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

A RODOSOL tem reconhecimento oficial de que cumpre integralmente todas suas obrigações como concessionária tendo recebido do órgão fiscalizador o Ofício DER/DG, nº 0538/2009, de 01 de junho de 2009, certificando que "não consta nos arquivos da Diretoria de Transportes deste Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES, administradora do Contrato de Concessão nº 01/98, celebrado em 21 de dezembro de 1998, qualquer documento de autuação e penalização contra Concessionária Rodovia do Sol S.A., por descumprimento do Contrato de Concessão nº 01/98".

Todavia o Poder Concedente negou os reajustes monetários das tarifas, contratualmente previstos, que deveriam ser homologados em dezembro de 2007 e dezembro de 2008, sob a alegação de que a RODOSOL deveria realizar obras de construção de novos acessos à Ponte, não compreendidos

Gerardo Caetano Dadoito
Diretor de Operações

Ednilson Santos e Silva
Gerente Adm. e Financeiro
CRA-ES 11.403

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Srs. Aclonistas e Diretores da
Concessionária Rodovia do Sol S.A.
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovia do Sol S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações fiáveis. Não nos responsabilizamos por fraudes ou erros.

no escopo do contrato (PER - Programa de Exploração de Rodovias), sem reequilíbrio contratual. A RODOSOL ingressou com ação judicial para obter esses reajustes monetários e o Estado propôs uma ação com o propósito de reconhecer a possibilidade de exigir a realização dessas obras, cujos processos estão em curso.

Por meio da Lei Complementar nº 477, foi criada em 1º de janeiro de 2009 a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI, regulamentada pelo Decreto nº 2319-R, de 04 de agosto de 2009, que assumiu a fiscalização da concessão. Em 16 de novembro de 2009 foi assinado o terceiro termo aditivo ao contrato de concessão pública, com ratificação expressa do contrato de concessão, passando as atribuições de fiscalização do DER/ES para essa agência reguladora. A Agência homologou, através da Resolução ARSI nº 009 de 28 de dezembro de 2010, o reajuste das tarifas da Praça do Pedágio da Ponte Darcy Castello de Mendonça e da Praça de Pedágio Praia do Sol referente ao período 2010/2011, que passaram a vigorar a partir do dia 02 de janeiro de 2011.

Os dois reajustes não homologados em dezembro de 2007 e dezembro de 2008 continuam pendentes, havendo pleito de antecipação de tutela judicial para seu deferimento antes do encerramento das ações e requerimento à ARSI para seu deferimento administrativamente.

O quarto termo aditivo ao contrato de concessão pública fora assinado em 21 de dezembro de 2010, substituindo a Verba de Fiscalização pela Taxa de Regulação Viária com o devido reequilíbrio contratual.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Resultado antes dos efeitos tributários	24.885	24.586
(+) Adições	375	43
(-) Exclusões	0	1.697
(-) Compensação base negativa	0	0
Base de cálculo IR e da CS	25.260	22.932
Imposto de renda (15%)	3.789	3.440
Adicional (10%)	2.502	2.293
(-) Incentivo fiscal - Lei Rouanet	129	24
(-) PAT	20	19
Imposto de renda total	6.142	5.690
Contribuição social (9%)	2.273	2.064
Total de impostos correntes	8.415	7.754
Total de impostos diferidos	(75)	577
Efeito no resultado	8.340	8.331

Ana Paula Pereira
Contadora

CRC-ES 009136/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Publicamos aplicável a entidades privadas, conforme Resolução nº 1.261/09 do Conselho Federal de Contabilidade que aprova a interpretação emitida pelo Comitê de Normas Contábeis emitido pelo Comitê de Procedimentos Contábeis Os procedimentos preliminares realizados pela administração apontam um possível aumento de R\$ 31 milhões no Patrimônio Líquido, em caso da adoção do referido pronunciamento. Nossos exames não contemplam a revisão de tais estimativas, de modo que não nos foi possível, nas circunstâncias, mensurarmos os efeitos contábeis requeridos para adequar as demonstrações financeiras a nova forma de contabilização.

Opinião com ressalva
Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de eventuais ajustes que poderiam vir a ser requeridos dos conforme mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovia do Sol S.A. em 31 de dezembro de 2010, o curso e o efeito das suas operações e os seus fluxos de caixa para a forma de tais demonstrações financeiras adotadas no Brasil.

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Srs. Acionistas e Diretores da
Concessionária Rodovia do Sol S.A.
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovia do Sol S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e os respectivos demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que as demonstrações financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras
Conforme nota explicativa nº 2, a administração da Concessionária Rodovia do Sol S.A. deliberou em ata de reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de dezembro de 2010, em não adotar a partir de 01 de janeiro de 2010 a nova forma de contabilização de concessões de serviços

**COMUNICADO IEMA
A MINERAÇÃO MACHADO
LTDA**, torna público que obteve do IEMA, através do processo nº 34216251 a Licença de Operação nº 117/2011, para extração de areia no leito do rio Doce, na área que se refere ao processo DNPM.896.215/1997

Protocolo 26936

PEDREIRA ARACRUZ LTDA torna público que obteve junto ao IEMA, através do processo nº 48140163, a Licença de Operação nº 93/11, Licença de Instalação nº 74/11 e Licença Prévia nº 66/11, para a atividade de fabricação de concreto na Rodovia Aracruz x Ibraçu - Km 10 - Limão, no município de Aracruz / ES.

Protocolo 27431

COMMERCER IND. & COM. DE MAT. RECICLADO LTDA torna público que obteve da SEMMA/PMVV, através do processo nº 05626/2011, a LMS nº 0011 Classe:S Grupo II.18, p/ atividade de terraplanagem, aterro e área de empréstimo, na localidade da Rua Julho, Barramarens - Vila Velha/ES.

Protocolo 26494

**COMUNICADO
ADELSON MARCARO** torna público que requereu do IEMA através do processo nº 53202686, a Licença Única, para atividade de transporte rodoviário fracionado de produtos perigosos, na localidade de Canivete, Linhares/ES.

Protocolo 27343

Vitória-ES, 18 de fevereiro de 2011.

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC 3.155.007/2326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC 2.155.000/289/O-5

Wesley Cristian Marques
Contador CRC 1.500.009/545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC 2.155.000/289/O-5



**BAKER TILLY
BRASIL**
AUDITORES INDEPENDENTES

Protocolo 2762